

Elementos-Chave para a Gestão Eficaz da Emergência num Complexo Educativo

Key Elements to Effective Emergency Management in a School Complex

Filomena Henriques dos Marques¹, Paulo Henriques dos Marques^{2,3}, Miguel Corticeiro Neves⁴

Resumo

Planos de emergência bem sucedidos devem ser funcionais, realistas, amigos do utilizador e inteligíveis. Este estudo descritivo tem como objetivo analisar a implementação de Medidas de Autoproteção (que passou a ser obrigatória, em Portugal, desde 2009) durante um período de cinco anos, num grande complexo escolar ocupado por 500 funcionários e 3000 crianças/alunos. Este estabelecimento de ensino consiste em vários edifícios desde a creche ao ensino secundário e está classificado numa categoria de risco de incêndio muito elevada. Desde 2009 até 2012 foram realizadas sessões de formação destinadas aos alunos e funcionários, bem como ações de formação sobre combate a incêndios e evacuação para as equipas de segurança. Como os exercícios de evacuação são cruciais para testar o plano de emergência e familiarizar o pessoal com as tarefas, todos os anos são realizados Simulacros de Incêndio. A fim de avaliar a sua eficácia foram recolhidos dados através de observação não participante, fotos e vídeos. A gestão de emergência neste estabelecimento escolar evidenciou ir para além das exigências legais e, ao dar um bom exemplo, tanto na escola como na comunidade, contribuiu para aumentar a segurança dos alunos e das suas famílias.

Palavras-chave: Gestão da emergência; Evacuação; Simulacro de incêndio; Estabelecimento escolar; Medidas de autoproteção.

Abstract

Successful emergency plans must be functional, realistic, user-friendly and understandable. This descriptive study aims to analyse the implementation of Fire Self-Protection Measures (which became mandatory, in Portugal,

¹ Finalista do mestrado em Gestão da Prevenção de Riscos Laborais – ISLA Santarém – filomenacrhmarques@gmail.com

² Coordenador do mestrado em Gestão da Prevenção de Riscos Laborais – ISLA Santarém – henriquesdosmarques@gmail.com

³ Investigador do UNIDEMI, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa, Caparica, Portugal

⁴ Coordenador da Licenciatura em Engenharia de Segurança do Trabalho – ISLA Leiria – corticeiro.neves@sapo.pt

since 2009) during a five-year period in a large school compound occupied by 500 employees and 3000 children/students. This educational facility consists of several buildings from nursery school to high school and it's classified in a very high fire risk category. Since 2009 until 2012 we carried out training sessions for students and school staff, as well as training courses about fire fighting and evacuation, for safety teams. Because evacuation drills are crucial for testing the emergency plan and to familiarize personnel with tasks, each year we do properly conducted fire drills. In order to evaluate it's effectiveness, we collected data through non-participant observation, photos and videos. The school emergency management has proven to go beyond the legal requirements and by setting a good example both in school and community, it enhances the safety of students and their families.

Keywords: Emergency management; Evacuation; Fire drill; School; Self-protection measures.

1. Introdução

No âmbito do programa SIMPLEX, foi consagrado o Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008 e a Portaria 1532/2008 - Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE), em vigor desde 01 de Janeiro de 2009. A nova regulamentação revogou a legislação anterior e estabeleceu as Medidas de Autoproteção graduadas em função da classificação de risco do edifício/recinto, sendo estes catalogados em doze utilizações-tipo.

Neste enquadramento, é importante refletir sobre a novidade da atual legislação de SCIE, a qual, além de colmatar as lacunas da legislação que se encontrava dispersa, introduz conceitos novos e introduz alterações significativas, nomeadamente, uma melhor clarificação da responsabilidade dos diversos intervenientes (Castro & Abrantes, 2009). A regulamentação de segurança em vigor contempla ainda obrigatoriedade da realização de ações de sensibilização em segurança contra incêndio para os alunos, bem como, a realização de Simulacros de Incêndio com periodicidade definida. De acordo com Linaza (2006), o Plano de Segurança Interno é um *"documento vivo"* e, por conseguinte, deve ser funcional, exequível, pragmático e fácil de ler, de forma a garantir uma resposta eficaz à emergência por parte de todos os ocupantes. Mais ainda, é necessário elaborar procedimentos de prevenção e de emergência que sejam permanentemente atualizados e que sejam testados através de Simulacros. Tal como afirma Ramos (2011), *"o Simulacro é indispensável para verificar a eficácia do Plano de Segurança Interno"*.

1.1. Enquadramento

Este estudo debruça-se sobre a implementação das Medidas de Autoproteção num Complexo Escolar, classificado na 4.^a categoria de risco de incêndio (categoria de risco de incêndio mais elevada), devido ao

elevado número de utentes, num total de 3500. O Complexo é constituído por vários edifícios, na sua maioria catalogados na Utilização-Tipo IV - Escolar (de acordo com o Decreto-Lei 220/2008). Existe também uma creche ocupada por crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, e uma área residencial ocupada por idosos, pelo há que considerar a evacuação dos ocupantes com mobilidade reduzida. Na elaboração dos procedimentos de evacuação é necessário contemplar, além dos aspetos físicos dos edifícios e dos meios de intervenção e deteção de incêndio existentes, as condições fisiológicas e psicológicas dos ocupantes (Lopes, 2008).

Em 2008 efetuou-se um diagnóstico exaustivo das condições de evacuação e de segurança contra incêndio dos edifícios, o que permitiu conhecer minuciosamente as instalações e elaborar um Plano de Segurança Interno adaptado à realidade da instituição.

Em 2009 teve início a realização das ações de sensibilização destinada a toda a população escolar e, anualmente, são realizadas ações para os novos alunos com material didático que inclui filmes sobre evacuação de emergência. Os próprios alunos são excelentes meios de transmissão dos conceitos de segurança à família e à comunidade em geral.

Castro & Abrantes (2009) consideram que existe uma “baixa cultura de segurança”, insuficiente formação em SCIE e que é prioritário desenvolver programas de educação nesta área, em especial para os mais jovens.



Ação de sensibilização destinada aos alunos



Alunos com folhetos didáticos

Em 2009 teve também início a formação específica para os elementos designados para a Equipa de Segurança e, de forma a assegurar uma boa preparação, todos os anos são realizadas ações de reciclagem. É importante frisar que as ações de reciclagem em gestão da emergência e combate a incêndio com fogo real excedem as exigências do Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios, pois este não estabelece periodicidade relativamente à realização de ações de formação em SCIE, apenas definindo que devem ser executadas no início do ano letivo.



Ação de formação em combate a incêndio com chama



Ação de formação sobre emergência e segurança contra incêndio

Em concordância com os requisitos legais vigentes, os Simulacros são realizados desde 2009 com periodicidade anual. Entre 2009 e 2012 foram realizados 4 Simulacros de Incêndio que contemplaram a evacuação total do Complexo Escolar.

Com base no trabalho de investigação presentemente em curso, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Caracterizar e analisar as Medidas de Autoproteção implementadas no Complexo Escolar ao longo de 5 anos;
- Avaliar o contributo das ações de reciclagem em SCIE para a adoção dos procedimentos de prevenção e de emergência, por parte dos elementos da Equipa de Segurança;
- Avaliar o contributo dos Simulacros para a resposta à emergência, por parte de todos os utentes.

2. Metodologia

Pretende-se com este trabalho (dissertação de mestrado) apresentar um estudo descritivo, para o período de 2008 a 2013, sobre a implementação das Medidas de Autoproteção num Complexo Escolar, localizado no distrito do Porto, ocupado por cerca de 500 funcionários e 3000 alunos/crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos.

A investigação em curso assenta na metodologia qualitativa e, ao longo de 5 anos, foi recolhida informação através do método de Observação Directa Não Participante e através Listas de Verificação que foram preenchidas pelos Observadores e pelos elementos da equipa de segurança (Responsável de Segurança, Delegados de Segurança e Agentes de Segurança) presentes nos Simulacros. A recolha de informação foi complementada com fotografias e filmagens efetuadas durante a realização dos Simulacros, tendo este reportório sido compilado em DVD's pelos alunos dos cursos de audiovisuais.

3. Resultados e discussão

Os quatro Simulacros realizados no Complexo Escolar, entre 2009 e 2012, foram devidamente planeados e avaliados, de forma a identificar as vulnerabilidades e as oportunidades de melhoria.

No primeiro Simulacro testou-se simplesmente a capacidade de resposta à emergência por parte de todos os ocupantes e foi efetuado sem intervenção de entidades de socorro externas, pois o que se pretendia era que a instituição utilizasse os seus recursos humanos e materiais, de forma a fazer uma auto-avaliação da sua capacidade de resposta à emergência. A partir do segundo Simulacro contemplou-se a intervenção das entidades de socorros externas (Bombeiros, PSP, Proteção Civil, INEM e outros), bem como a simulação de feridos e vítimas inconscientes, que necessitavam de ser resgatados dos edifícios enfumados. A existência de fumo permitiu criar um cenário verosímil e verificar a reação dos ocupantes perante esta dificuldade. A diminuição de visibilidade nos espaços enfumados influencia o movimento e o comportamento dos ocupantes, diminuindo a velocidade de deslocação e podendo até criar o pânico (Coelho, 2010).

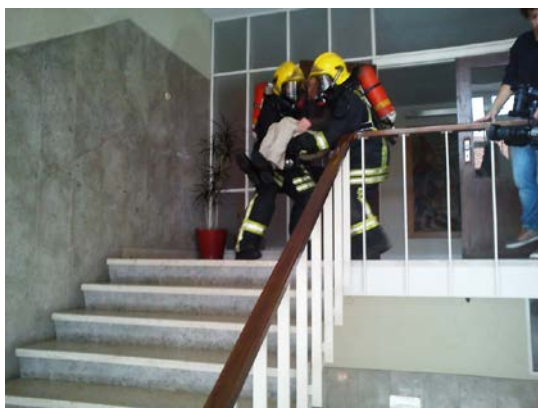


Evacuação dos ocupantes em espaços enfumados



Caraterização dos alunos e professores que iam representar os papéis de vítimas

A organização de cada Simulacro compreendeu várias reuniões de preparação com a Equipa de Segurança e com os funcionários com atribuições especiais de emergência. Nestas reuniões foi analisado detalhadamente o Guião, para que todos os elementos diretamente envolvidos soubessem exatamente quais as funções que tinham que desempenhar. Também foram realizadas reuniões de planeamento com os representantes dos meios de socorro externos envolvidos. É importante salientar que a articulação da gestão da emergência com os Bombeiros, PSP e Proteção Civil permitiu que estas entidades passassem a conhecer os desafios específicos de uma intervenção neste Complexo Escolar.



Evacuação de ocupante com mobilidade reduzida



Evacuação dos ocupantes para um dos Pontos de Encontro

Após a execução de cada Simulacro, foram realizadas reuniões de reflexão com os vários participantes, nomeadamente a Equipa de Segurança, as Entidades de Socorro Externas e os Observadores. Posteriormente, com base nas informações recolhidas, foram elaborados Relatórios de Avaliação, os quais passaram a constituir uma ferramenta essencial de monitorização da gestão da emergência.

O grau de complexidade dos cenários de emergência foi aumentado de ano para ano, faseadamente, colocando novos desafios à instituição escolar, com sinistros hipotéticos mas possíveis de acontecer no seu contexto real.

Segundo Alexander (2002), o planeamento da emergência, embora contemple habitualmente os cenários menos catastróficos, também deve considerar os desastres de grande gravidade, cujo impacto das consequências torne inviável o regresso às instalações, após evacuação, e obrigue a extrair toda a população escolar para fora do perímetro escolar. O autor exemplifica casos em que a extração tenha que ser feita deslocando-se a pé e/ou através de meios de transporte (por exemplo, autocarro), para locais alternativos mais seguros, situados no exterior do perímetro escolar. Com base nesse pressuposto e em virtude de se entender que o Complexo Escolar está preparado para treinar esta evolução na resposta à emergência, no início do ano lectivo 2013/14 será realizado o quinto Simulacro, no qual se equaciona a extração de todos os utentes para fora do complexo escolar – incluindo os desafios inerentes à custódia e bem-estar das crianças não autorizadas a deslocar-se sozinhas para casa.

4. Conclusões e perspetivas de evolução

Determinadas instituições, devido à sua dimensão, complexidade e características dos utentes requerem soluções específicas para contornar as dificuldades do planeamento da emergência (Alexander, 2002). Também no caso particular das escolas, a realização dos Simulacros constituiu um instrumento fundamental para treinar os utentes para a primeira intervenção de combate ao sinistro, a prestação dos primeiros socorros e para a evacuação rápida, ordenada e segura.

Especula-se que, em Portugal, é possível que determinados estabelecimentos escolares estejam já mais bem preparados que outros tipos de estabelecimentos – nos quais as Medidas de Autoproteção ainda sejam consideradas novidade, ou não sejam ainda encaradas com o empenhamento desejável – eventualmente porque nestes outros estabelecimentos não seja sentida a responsabilidade de proteger crianças e adolescentes.

No complexo escolar objeto deste estudo, verificou-se, ao longo dos Simulacros realizados anualmente, que a generalidade dos utentes, incluindo estudantes, aplicaram os procedimentos de emergência ensinados durante as ações de formação. A partir do segundo simulacro (em 2010), também se constatou que os elementos com funções de segurança contra incêndio demonstraram preocupação em aplicar as propostas de melhoria resultantes dos Simulacros anteriores. Em todos os Simulacros realizados foram atingidos resultados satisfatórios crescentes, dado que, a exposição dos ocupantes (cerca de 3500 pessoas, incluindo utentes com mobilidade reduzida) a cenários de emergências sucessivamente mais complexos, sempre logrou uma resposta de primeira intervenção de combate ao

sinistro, de prestação dos primeiros socorros e de evacuação globalmente organizada, eficaz, e sem ferimentos reais resultantes dos exercícios.

Efetivamente, verificou-se a concretização das várias etapas de gestão da emergência, designadamente ações de sensibilização e formação periódicas, planeamento anual de simulacros com reuniões de preparação e guiões, execução dos Simulacros com Observadores, registo fotográfico e filmagens dos Simulacros, reuniões de análise e avaliação dos Simulacros. Estas etapas constituíram elementos-chave que permitiram treinar os ocupantes para uma evacuação rápida e segura, familiarizar a equipa de segurança com as suas tarefas, identificar oportunidades de melhoria e efetuar alterações ao Plano de Segurança Interno, de forma a torná-lo operacional e ajustado à realidade.

Mais ainda, verificou-se que um planeamento de emergência eficaz deve ir para além dos requisitos legais obrigatórios e, em simultâneo, deve ser permanentemente atualizado e integrado com o contexto envolvente.

Este complexo escolar, ao dar o exemplo de boas práticas e programas de sensibilização sobre a importância da prevenção e resposta aos sinistros – vem transmitindo o conceito de que as emergências não são fatalidades, que podem ser geridas de modo a mitigar as suas consequências – vem contribuindo assim para uma evolução de mentalidades que se estende à comunidade envolvente.

5. Referências

Alexander, D. E. (2002), Principles of Emergency Planning and Management, England: Terra Publishing.

Castro, C. F., & Abrantes, J. B. (2009), Manual de Segurança contra Incêndios em Edifícios, Sintra: Escola Nacional de Bombeiros.

Coelho, A. L. (2010), Incêndio em Edifícios, Amadora: Edições Orion.

Linaza, L. M. (2006), Elaboración de un Plan de Emergencia en la Empresa, Madrid: FC Editorial.

Lopes, N. C. (2008), Gestão de Emergência: Processos de Evacuação, Lisboa: Verlag Dashofer.

Ministério da Administração Interna (2008). Decreto-Lei n.º 220/2008. Diário da República, 1.ª série, n.º 220, de 12 de Novembro de 2008.

Ministério da Administração Interna (2008). Portaria n.º 1532/2008. Diário da República, 1.ª série, n.º 250, de 29 de Dezembro de 2008.

Ramos, P. (2011), Organização de Simulacros – pode ser a fingir, mas é para levar a sério, Proteger, 13, pp. 39-43.